



ATA Nº 04 DE 2026 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026

1

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se na sala 26, Bloco C da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR sito a Rua Comendador Correia Júnior, 117 – Centro Paranaguá, CEP 83.203-560, para a quarta Reunião Ordinária com as seguintes representações: 1. Representante na área do Ensino Fundamental Anos Iniciais: TITULAR - Ivanilde Tavares Gomes; 2. Representante de Pais da Rede Municipal de Ensino: TITULAR - Leandro Gonçalves Mendes, 3. Representante da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral: TITULAR - Ewelín Jamile Alexandre Teodoro dos Santos; 4. Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil-MIEIB: SUPLENTE – Sueli Alves Rodrigues Geara; 5. Representante dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino: TITULAR – Andréa Ceccon Ribeiro, 6. Representante da Educação de Jovens e Adultos: SUPLENTE - Adriana Paula Chaves Miquilini; 7. Representante do Sindicato do Magistério SISMMAP: TITULAR – Irma Alessandra Chediack Correa; 8. Representante da Rede Particular de Ensino: TITULAR – Mirian da Silva Ferreira Alves; 9. Representante da Educação Especial: TITULAR – Vanilza do Rosário Gonçalves, SUPLENTE – Josiane Ribeiro; 10. Representante da Educação Infantil: SUPLENTE – Maria Janete Santiago e 11. Representante do Ensino Superior: TITULAR – Mary Sylvia Miguel Falcão. **AUSÊNCIAS:** Adriane Carvalho dos Santos; Aze Pereira Martins Coelho; Erica Emanuele Pereira Viana, Fabiana Ribeiro da Silva Ramos, Lorena Jacinto Vanhoni, Hugo Alberto Perlin; Marisa Pinheiro; Michelly Zela Antônio, Neuza Antunes dos Santos, Wilma Cordeiro Gomes. **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Danielle Marafon, Francimara Porfírio da Silva, Josiane Ribeiro, Juliana Constantino Gabriel Pereira, Laís Miranda Cuch, Libania Matias da Silva, Caroline Lobo Santos de Queiroz, Marcilene de Oliveira Silva e Mara Zilda Machado do Rozário. Pauta: 1. Organização da Matriz Curricular e implementação da BNCC Digital - O Conselho Municipal de Educação reuniu-se para discutir a organização da Matriz Curricular da Rede



29 Municipal de Ensino, a Implementação da BNCC Digital e outras questões
30 relacionadas ao planejamento, à oferta e à qualidade da educação no município.
31 Durante a análise, foram discutidas a obrigatoriedade e a pertinência da oferta de
32 Língua Inglesa e de Educação Digital nos anos iniciais do Ensino Fundamental,
33 considerando que a legislação vigente estabelece a obrigatoriedade do ensino de
34 Língua Inglesa a partir do 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental. Foi ressaltado que a
35 antecipação da oferta dessas áreas, embora possa representar uma ampliação das
36 oportunidades educacionais dos estudantes, implica impactos financeiros e
37 administrativos para o município, devendo portanto estar acompanhada de previsão
38 orçamentária e das condições necessárias para sua implementação. Quanto à
39 Robótica, foi discutida a possibilidade de sua organização como componente
40 curricular ou como atividade de contraturno, evitando-se sua caracterização
41 inadequada como componente curricular obrigatória da Matriz regular. O Conselho
42 deliberou que a aprovação da BNCC Digital deverá estar articulada à organização,
43 revisão e aprovação prévia da Matriz Curricular Municipal. Nesse sentido, manifestou
44 a necessidade de reavaliar a manutenção da Língua Inglesa e da Robótica como
45 componentes curriculares da grade regular dos anos iniciais, considerando os
46 aspectos legais, pedagógicos, financeiros e a disponibilidade de profissionais
47 habilitados. 2. Educação Especial e situação da Escola Eva Cavani - Foram
48 apresentados relatos referentes às dificuldades encontradas na implementação do
49 cronograma de atendimento da Educação Especial naquela Instituição de Ensino,
50 incluindo manifestações de resistência por parte da equipe escolar. Também foi
51 relatada a insuficiência de profissionais no período da tarde, situação que tem levado
52 à utilização de estagiárias para determinados atendimentos. Segundo os relatos
53 apresentados, essas atividades estariam concentradas, em alguns casos, em
54 cuidados de higiene sem a correspondente atuação pedagógica necessária ao
55 atendimento educacional especializado. Foi registrada ainda, a preocupação com a
56 superlotação de algumas turmas, tendo sido mencionada a existência de uma turma
57 com aproximadamente 40 estudantes e a atuação de 12 profissionais em sistema de



58 projeto. O Conselho manifestou preocupação com as condições de atendimento,
59 segurança e integridade dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam
60 maior vulnerabilidade e necessitam de acompanhamento especializado. Também foi
61 mencionada notificação do Tribunal de Contas relacionada ao Censo Escolar,
62 reforçando a necessidade de identificação adequada dos estudantes da Educação
63 Especial e de atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades
64 escolares, de modo a assegurar a correta caracterização e organização dos
65 atendimentos. 3. Plano Municipal de Educação e funcionamento do Fórum Municipal
66 de Educação - O Conselho manifestou preocupação com os prazos relacionados ao
67 Plano Municipal de Educação, especialmente diante da proximidade do encerramento
68 de sua vigência, previsto para 31 (trinta e um) de dezembro. Foi ressaltado que o
69 Fórum Municipal de Educação, instância responsável por contribuir para o
70 acompanhamento, avaliação e revisão das metas do Plano, não vem realizando
71 reuniões há aproximadamente dois anos. Essa situação dificulta o acompanhamento
72 sistemático das metas e a obtenção de dados atualizados referentes à Educação
73 Infantil, ao Ensino Fundamental, à Educação de Jovens e Adultos – EJA e às demais
74 etapas e modalidades da educação municipal. Também foi destacada a necessidade
75 de contemplar, no novo Plano Municipal de Educação, ações relacionadas à
76 Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, considerando as exigências e
77 condicionantes relacionadas ao acesso a determinados Programas e recursos. Diante
78 desse cenário, o Conselho deliberou pelo encaminhamento de Ofício ao Poder
79 Executivo Municipal, alertando formalmente para os riscos administrativos, jurídicos
80 e financeiros decorrentes da ausência de atualização tempestiva da política
81 educacional municipal. 4. Fiscalização dos recursos e situação dos Chromebooks -
82 Foi discutida a questão dos 142 (cento e quarenta e dois) Chromebooks que foram
83 adquiridos pela SEMEDI e que, segundo os relatos apresentados, ainda não teriam
84 chegado às unidades escolares. Também foi relatada uma tentativa de
85 redirecionamento de recursos vinculados à aquisição dos equipamentos para a
86 compra de materiais didáticos. O Conselho manifestou-se pela necessidade de

87 preservação da finalidade dos recursos e de adequada prestação de contas quanto à
88 aplicação dos valores. Como encaminhamento, ficou definida a elaboração de ofício
89 ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, solicitando que
90 sejam verificadas a localização, a entrega e a utilização dos equipamentos. Foi
91 informado ainda, que materiais pedagógicos e jogos já chegaram a algumas unidades
92 escolares, porém permanecem armazenados e sem utilização regular em razão de
93 receios relacionados a danos, conservação e eventual ausência de reposição. 5.
94 Avaliações externas, autonomia pedagógica e condições de trabalho docente - O
95 Conselho discutiu os impactos da realização de avaliações externas, mencionando
96 instrumentos e programas como CNCA, Prova Paraná, Fluência CAED. Foi
97 manifestada preocupação com a quantidade de avaliações e atividades de
98 monitoramento que vem sendo realizadas de forma excessiva e também pelo seu
99 potencial de reduzir o tempo destinado ao desenvolvimento das atividades
100 pedagógicas e, ampliar a carga de trabalho de professores e estudantes. Também
101 foram apresentados relatos de profissionais que utilizam recursos próprios, como
102 celulares, computadores e acesso à internet para a aplicação de testes de fluência e
103 lançamento de informações em plataformas digitais. Outro ponto abordado foi a
104 necessidade de preservar a autonomia pedagógica dos docentes diante da crescente
105 utilização de apostilas, sistemas de ensino padronizados e plataformas educacionais
106 desenvolvidas por empresas privadas ou disponibilizadas por órgãos públicos. O
107 Conselho discutiu ainda, os efeitos da ausência ou insuficiência de hora-atividade e
108 da necessidade de realização de ampliação ou dobra de jornada para suprir a
109 carência de profissionais, destacando a importância de condições adequadas de
110 trabalho e de valorização dos profissionais da educação. Foi ressaltada a
111 necessidade de que os processos de monitoramento e avaliação estejam articulados
112 à realidade local e sejam utilizados como instrumentos de diagnóstico e
113 aprimoramento das políticas educacionais sem substituir a autonomia e a
114 responsabilidade pedagógica dos profissionais. 6. Participação no Congresso da
115 UNCME-PR e vistorias nas unidades escolares. Foram definidos os Conselheiros que

116 participarão do Congresso da UNCME-PR: Ivanilde, Leandro, Mara Zilda, Maria Janete
117 e Sueli Rodrigues. A definição considerou critérios previamente discutidos, incluindo
118 a participação dos conselheiros nas reuniões e o sistema de rodízio para participação
119 em eventos e atividades externas. Também foi organizado o cronograma de vistorias
120 nas unidades escolares para o mês de agosto, com o objetivo de acompanhar as
121 condições de funcionamento, infraestrutura e atendimento educacional. 7. Utilização
122 de ferramentas do Tribunal de Contas para fiscalização - Durante a reunião, foram
123 apresentadas ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado,
124 incluindo o Portal da Transparência e a ferramenta de inteligência artificial
125 denominada CACO. Os conselheiros foram orientados quanto à importância de
126 utilizar essas ferramentas como instrumentos de acompanhamento das informações
127 públicas, da execução orçamentária, da prestação de contas e da situação das
128 certidões liberatórias do município. Foram identificadas possíveis divergências entre
129 algumas informações declaradas pelo município aos sistemas de controle e a
130 realidade observada pelos conselheiros durante as visitas às unidades escolares,
131 especialmente em relação às condições de infraestrutura, aos indicadores de gestão
132 e ao número de estudantes por turma. O Conselho ressaltou a importância de que os
133 dados registrados nos sistemas oficiais correspondam à realidade das unidades
134 escolares, de modo a assegurar transparência, confiabilidade das informações e
135 efetividade dos mecanismos de controle social. 8. Indicadores de gestão e
136 infraestrutura escolar - O Conselho também analisou indicadores relacionados ao
137 sistema de gestão municipal, especialmente aqueles destinados ao acompanhamento
138 de demandas de manutenção, aquisição de materiais e atendimento às necessidades
139 das unidades escolares. Foi discutida a existência de avaliações com resultados
140 considerados máximos em determinados quesitos, apesar de terem sido observadas,
141 durante as visitas, situações que indicam a necessidade de melhorias na
142 infraestrutura e na acessibilidade. Entre os aspectos levantados, destacaram-se:
143 necessidade de adequação dos banheiros para atendimento de estudantes com
144 mobilidade reduzida; ausência ou insuficiência de pisos táteis nas áreas de

145 circulação interna; necessidade de adequação de portas e vãos para permitir a
146 passagem de cadeiras de rodas, observando-se as normas de acessibilidade
147 aplicáveis; análise dos parâmetros específicos de infraestrutura para a Educação
148 Infantil; verificação das condições das bibliotecas e da disponibilidade de acervos
149 bibliográficos adequados às diferentes etapas de ensino. O Conselho reforçou a
150 importância de que os indicadores de gestão sejam periodicamente confrontados
151 com a realidade observada nas unidades escolares. 9. Práticas pedagógicas e
152 formação continuada - Foi realizada análise dos mecanismos utilizados pelo
153 município para diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes,
154 bem como dos indicadores relacionados à formação continuada dos profissionais da
155 educação. O Conselho discutiu a necessidade de que as formações continuadas
156 sejam planejadas a partir de diagnósticos reais das necessidades da rede,
157 considerando as especificidades das escolas, dos profissionais e dos estudantes.
158 Também foi mencionada a existência de um banco de sugestões de planos de aula e
159 atividades pedagógicas disponibilizado aos docentes, cuja utilização e efetividade
160 poderão ser acompanhadas. Foi igualmente destacada a importância da participação
161 de Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos em ações de formação
162 continuada que contribuam diretamente para o exercício de suas funções e para o
163 fortalecimento da gestão pedagógica das unidades. 10. Gestão financeira e
164 regularização de pendências no SIOPE - Foram prestados esclarecimentos acerca de
165 notificações do Tribunal de Contas relacionadas ao SIOPE – Sistema de Informações
166 sobre Orçamentos Públicos em Educação. Segundo as informações apresentadas, a
167 transmissão e a validação dos dados foram realizadas, tendo sido apresentado o
168 respectivo comprovante de transmissão como forma de demonstrar a regularização
169 da pendência. Também foram discutidas as condições de habilitação do município
170 para o recebimento de complementações de recursos, incluindo aquelas relacionadas
171 ao FUNDEB, bem como o acompanhamento dos percentuais de aplicação dos
172 recursos públicos em educação. O Conselho destacou a necessidade de
173 monitoramento permanente dos recursos destinados à educação, incluindo as



174 despesas com pessoal e as transferências obrigatórias, garantindo transparência e
175 conformidade com a legislação vigente. 11. Segurança escolar e articulação com a
176 Defesa Civil - Foi apresentada a proposta de cadastramento das unidades escolares e
177 de sua integração ao plano de contingência e prevenção de desastres da Defesa Civil.
178 O Conselho ressaltou a importância de preparar as escolas para situações de
179 emergência relacionadas a eventos climáticos extremos, como chuvas intensas,
180 alagamentos, vendavais e períodos de temperaturas elevadas ou reduzidas. Também
181 foi discutida a identificação das unidades escolares que poderão atuar como pontos
182 de apoio em situações de emergência, bem como a necessidade de articulação entre
183 o calendário escolar e as ações preventivas da Defesa Civil. Como encaminhamento,
184 ficou prevista a realização de reunião com a Defesa Civil para discutir o plano de
185 contingência, os procedimentos preventivos e a disponibilidade das unidades
186 escolares para eventual utilização em situações emergenciais. 12. Atualizações
187 legislativas e normativas - O Conselho informou que está em andamento a revisão do
188 Regimento Interno do próprio Conselho e do Regimento Escolar da rede municipal.
189 Também foi discutida a elaboração de deliberação específica para regularizar a
190 situação educacional de estudantes migrantes, bem como a necessidade de
191 atualização da legislação que institui o Sistema Municipal de Ensino, especialmente
192 para contemplar adequadamente a Educação Especial. Foram igualmente abordadas
193 propostas de normatização relacionadas à Educação do Campo e à organização e
194 encerramento de ciclos de formação continuada. A Comissão de Legislação e Normas
195 deverá reunir-se para analisar previamente as alterações propostas no Regimento
196 Interno antes de sua apresentação formal ao Conselho Pleno. Nada mais a registrar,
197 eu, Ana Cristina de Campos Martins, Secretária do COMED, lavro a presente ata que
198 vai assinada por mim, pela Presidente, pela Vice-presidente e demais presentes
199 durante a terceira Reunião Extraordinária na data de três de setembro de dois mil e
200 vinte e seis. _____

201 _____

202 _____.